



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A AÇÃO COLETIVA DE RESISTÊNCIA À ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL: CONTRADIÇÕES E QUANTITATIVO DA DEMANDA POR TERRA FRENTE AO DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

GESMAR ROSA SANTOS; MAGDA EVA WEHRMANN;

UNB

BRASÍLIA - DF - BRASIL

gesmarsantos@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Instituições e Desenvolvimento Social no Agronegócio

A ação coletiva de resistência à acumulação capitalista no Brasil: contradições e quantitativo da demanda por terra frente ao desafio da sustentabilidade no campo

Resumo

Este trabalho aborda aspectos teóricos e ações dos movimentos que atuam no campo e que se propõem ocupar espaço e/ou resistir aos padrões de acumulação capitalista no Brasil. Em especial, são focados os movimentos e entidades que reivindicam inserção na agricultura e a reprodução do seu modo de vida no meio rural. Busca-se compreender a fundamentação teórica e a motivação da ação coletiva que relaciona as aspirações dos movimentos sociais de base com o discurso do uso sustentável da terra. A pesquisa realizada teve como base revisão bibliográfica e relatórios de governos, ONG's, movimentos sociais e pesquisadores, bem como entrevistas com representantes de movimentos sociais. Partiu-se do pressuposto de que interações pró-ativas de enfrentamento ao *status quo* das relações de produção no campo, tenham como motivação a alteração de uma realidade de contradições ou mesmo de insustentabilidade social, econômica ou ambiental. Desenvolve-se a tese de que os diversos atores sociais necessitam organização de base estabelecida ou em processo dinâmico nesse

sentido. São destacados os atores sociais no campo brasileiro e suas demandas por terra em função das perspectivas do uso de grandes áreas para a produção de *agrocommodities* para os biocombustíveis.

Palavras-chave: movimentos sociais, conflitos, sustentabilidade, terra.

1 Introdução

A evolução do debate sobre a sustentabilidade socioambiental é acompanhada de um quase-consenso de que ela necessita ancorar-se em processos participativos. Há uma crença geral de que o “empoderamento” de frações de grupos locais, classes sociais, ou de parcelas da população, é caminho determinante para escolhas coletivas no sentido do desenvolvimento sustentável. Esse é o tema central deste trabalho.

A estrutura da sociedade civil, incluindo o Estado, tem incorporado espaços institucionais que se abrem a certos tipos e graus de participação nos processos de tomada de decisão. Isso ocorre por meio da representação – em conselhos, comitês, Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip’s), dentre outros. É nesse contexto que se interpreta, aqui, os tipos de organizações, movimentos e setores sociais que tentam participar das ações e decisões ligadas às demandas por políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no meio rural.

O campo de pesquisa é limitado a aspectos determinantes da ação coletiva de parte dos atores, tais como entidades e movimentos sociais que atuam nos espaços promotores do ideário da sustentabilidade como meio de fortalecimento de seus objetivos. Especificamente são focados os movimentos e grupos de poder que, de algum modo, tenham potencial de resistência ou que mantenham discurso de defesa da sustentabilidade relacionada à vida no meio rural.

Um acontecimento recente que ilustra a importância desse enfoque é a iminência de aumento dos conflitos no campo em função de maior uso da terra para a agroenergia, na produção de biocombustíveis. Para além das preocupações com as mudanças climáticas e oportunidades para o agronegócio (UNICA, 2007; CNA, BRASIL, 2006), apresenta-se como fato gerador de conflitos a ausência de indicadores de alteração nas tendências de aumento de monoculturas e latifúndios. Diante dos cerca de 22% dos brasileiros ainda dependentes diretamente do meio rural para sobreviver (IBGE, 2004), os desafios às pesquisas e políticas públicas para a sustentabilidade no meio rural são aqui evidenciados.

Levanta-se aqui a hipótese de que o cenário atual das relações sociais entre as demandas por terra no campo e a continuidade dos usos tradicionais deslocam eixos de antigas políticas voltadas para a sustentabilidade no campo. Dentre esses eixos, a reforma agrária, a agricultura familiar, a extensão rural, a participação comunitária, diversos conselhos, as comunidades tradicionais e o poder municipal, são destaques. Eles são considerados de grande valor para a sustentabilidade local e são defendidos nos principais debates, como o Fórum Nacional do Meio Ambiente, ONG’s, movimentos defensores da reforma agrária - Comissão Pastoral da Terra, Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra -, setores do governo (Ministérios MMA e MDA, etc.) e uma expressiva parte da Academia.

Além do foco nos atores que almejam acesso à terra enquanto meio de sobrevivência ou para alcance da posse e controle do fator de produção terra, também são considerados aqueles

que disputam espaço no mercado para venda de seus produtos, tendo como base o trabalho familiar. Incluem-se as cooperativas, ONG's, sindicatos, dentre outros, enquanto atores que debatem o desenvolvimento sustentável, no Brasil, no período pós 1960.

Parte-se do pressuposto de que interações pró-ativas de enfrentamento ao *status quo*, que tenham como motivação a alteração de uma realidade de contradições ou mesmo de insustentabilidade social, econômica e ambiental, exigem organização de base estabelecida ou em processo dinâmico nesse sentido. Seria esse o sentido de participação com características de emancipação, não apenas de legitimação de decisões de cúpulas ou de institucionalizações produzidas por falsos consensos, conforme observa Maria da Glória Gohn (1995 e 1997).

Algumas das perguntas que delinearão o presente trabalho e que, por certo, não têm respostas completas ou definitivas aqui, foram: se o desenvolvimento sustentável no meio rural é uma alternativa, quem o efetivará? Há alguma particularidade que permita entender a organização, as bandeiras e o discurso dos atores que pensam ou buscam a sustentabilidade por meio da resistência à acumulação capitalista com base em atividades agrícolas? O que configura ou determina a ação de cada grupo relevante pesquisado?

A metodologia utilizada foi basicamente bibliográfica, estudo documental, relatos e entrevistas com membros de diversos movimentos e entidades ligadas ao objetivo deste trabalho, o que o autor tem feito há alguns anos. As fontes documentais básicas foram relatórios de entidades governamentais, ONG's, movimentos sociais e pesquisadores, conforme indicado na bibliografia.

As especificidades dos movimentos sociais são normalmente consideradas na Academia a partir da visão externa a eles. Porém, para este caso, optou-se também por mostrar a posição de atores nas causas sociais relacionadas ao campo. Embora o enfoque aqui se situe nas organizações do campo, não se ignora que as relações econômicas, sociais e ambientais abrangem uma realidade urbano-rural inseparáveis.

São conhecidos importantes arranjos que englobam formas locais, pontuais, de organizações e ação coletiva, como associações familiares, de amigos, e outras, de caráter informal comunitário (SABOURIN, 2006). Experiências têm comprovado que esse tipo de organização tem efeitos locais bastante positivos na concretização de objetivos imediatos, mas requerem estudos de caso específicos, a que não se propõe este trabalho.

2 Três bases ideológicas que orientam a ação coletiva dos movimentos sociais

O pesquisador logo perceberá que a linha de ação coletiva de movimentos sociais de base (ou de seus dirigentes) tem se afastado da tradição do marxismo estruturalista. Essa linha é reconhecidamente a sua principal base teórica dos movimentos sociais. Isso se nota não somente nos textos que elaboram, mas também no seu modo de agir. A mobilização - da classe, das massas e/ou de indivíduos/cidadãos emancipados, conforme classifica Mannheim (1972) - sempre foi pressuposto e ponto forte das concepções dos defensores do marxismo. Sem a mobilização de base não se concebe a ação coletiva no âmbito da ideologia de orientação das lutas de classes, sob a ótica dos marxistas.

Atualmente a tese da mobilização, com diversas qualificações, foi incorporada por autores de diferentes visões. O foco é a emancipação direcionada ao alcance da sustentabilidade ambiental e social, sendo a racionalidade ambiental uma base de reforço, como observa Henrique Leff:

“A ideologia de um movimento social não é uma questão acidental em sua mobilização concreta. A conceitualização de

um processo social não só configura o campo das possibilidades de transformação social, mas canaliza as ações para a consecução de certas metas e objetivos sociais. Os movimentos sociais que surgem mobilizados por um conceito de racionalidade ambiental encontram assim sem suas perspectivas de análise a orientação de suas estratégias políticas.” (LEFF, 2001. p. 115).

Ao ilustrar a interação entre ideologia e realidade, necessidade e transformações, Leff abre espaço para outro aspecto de interesse para este texto: para além da mobilização para a participação social, há a importância do caráter e da natureza das transformações teóricas pelas quais passam as entidades dirigentes dos diversos grupos/movimentos. Mais ainda, deve-se destacar as dificuldades e diferenças de realidades que os movimentos sociais experimentam. Ao se considerar esses aspectos diminuem-se os riscos de se propor medidas, políticas e soluções dependentes por demais de uma mobilização inexistente e da crença em um determinismo estrutural do qual a maioria dos marxistas defendiam, sem maiores aprofundamentos em situações específicas, na forma que salienta Boaventura de Sousa Santos (2005).

Das diferentes ideologias presentes nos movimentos sociais, entidades e em toda estrutura de poder (SANTOS, 2005; MÉSZÁROS, 2002), aqui são destacadas as três centrais, por certo as mais consagradas, seguindo a proposição de Anthony Guiddens (2006): a lógica da Primeira Via (pautada por ideologia que apontam para objetivos socialistas); a lógica capitalista pura (Segunda Via, ou liberal pura); a Terceira Via (ações de mitigação no âmbito Estado-mercado capitalista).

Na Segunda Via não há teoria de mobilização emancipatória. Sequer há uma teoria da mobilização “consciente” das massas, uma vez descartado o fascismo e suas variações, do racismo ao consumismo. Estes dois últimos, sem dúvida eficientes do ponto de vista de grupos de poder, por mais deploráveis que sejam, não podem e não são ignorados pelos movimentos sociais que pensam a emancipação dos indivíduos. Isso, porque tais métodos podem ser utilizados por populistas dotados de algum poder, institucional ou não, em dadas condições de impasses ou de caos total (MANNHEIM, 1972 e 1973).

No momento atual, em que ainda prevalece o “neoliberalismo”, parece que nem mesmo liberais mais “intelectualmente honestos” (HAYECK, 1985) estão preocupados em desenvolver teorias de inserção ou de mitigação social que admitam alguma forma de ação contrária ao *status quo*. Portanto, se as observações destes parágrafos estiverem corretas, a Academia e os atores sociais de base não podem esperar ações mobilizadoras dos defensores dessa Segunda Via, conforme a leitura que se faz de autores como Stván Mészáros (2002) e José Martins (1994).

Quanto à Primeira Via, as correntes marxistas, continua à procura de alternativas de formulação de estratégias de ação, depois das mudanças ocorridas nos países do Leste europeu, ao longo dos anos 1990 e 2000. Aliado ao avanço do liberalismo econômico em escala global, as correntes marxistas têm sofrido enormes dificuldades de mobilizar grupos sociais de forma contínua, no mundo todo (MÉSZÁROS, 2002; MARTINS, 1994). Deve-se observar que tal advento é paralelo ao ápice dos discursos da sustentabilidade, que se consolida a partir da segunda metade da década de 1980.

Dessa forma, observa-se que, no âmbito da tese de ação da Primeira Via, a defesa de bandeiras socialistas, a mobilização pela base, o desenvolvimento de estratégias de ocupação de espaços e a disputa pela hegemonia da classe assalariada diante das demais classes sociais, na forma concebida por Antonio Gramsci e outros, ficaram fragilizadas. Tornou-se mais

difícil organizar e mobilizar os atores para a emancipação da classe ou mesmo de grupos e setores específicos que tinham ou têm alguma proposta de resistência ou de substituição do modo de produção (MÉSZÁROS, 2002; SOUSA SANTOS, 2005).

No meio mesmo dos movimentos sociais tornou-se comum questionamentos da estratégia atual da maioria da nova esquerda, no Brasil: “servem apenas para interesses individuais e de grupos de poder específicos”, ou “que contribuição traz para a emancipação de indivíduos e ‘cidadãos’?”. Porém, apesar de as respostas da esquerda aos novos arranjos produtivos e ao liberalismo não avançarem na prática, as bases teóricas e de ação dessa ideologia mantém a crença na mobilização como forma de emancipação, o que é ainda hegemônica nos movimentos. Qual seria a alternativa aos movimentos de linha marxista?

A Terceira Via tomou corpo ainda na primeira metade do Século XX. Cresceu no embate entre aqueles que, do ponto de vista teórico e histórico liam a evolução e queda de modos de produção e regimes políticos totalitários em diversos países. Dentre eles havia muitos críticos da conciliação de objetivos de classes e, ao mesmo tempo, céticos às teses de emancipação dentro dos moldes do sistema capitalista (MANNHEIM, 1972). O que realmente une tais pontos de vista é o medo das crises e do caos social e econômico quando ameaçam alcançar o estado de descontrole geral, o caos, a guerra. A mobilização não é o forte argumento da Terceira Via. O equilíbrio mercado/regulação estatal o é.

Mais recentemente, a questão ambiental também tem aproximado essas duas bases de correntes que compõem a terceira posição. A opinião de Henrique Leff, ao tratar dos movimentos ambientalistas frente ao sistema econômico é que “as lutas sociais para melhorar as condições de sustentabilidade e a qualidade de vida abrem um processo de reapropriação social da natureza.” (LEFF, 2001, p. 66). O mesmo Leff defende que:

“A reapropriação da natureza traz novamente ao cenário social a questão da luta de classes, não sobre a apropriação das forças produtivas industrializadas, mas sobre os meios e as condições naturais de produção.” (LEFF, 2001. p 79).

Na atualidade há, pelo menos, três aspectos que ilustram a posição de Leff: a primeira é a evidência de aumento das desigualdades econômicas e sociais; a segunda é o conjunto de dificuldades e derrotas sucessivas que o capitalismo impõe aos movimentos de base, aos mais pobres; a terceira é o prenúncio de uma insustentabilidade da vida na terra, frente aos danos ambientais. Tais condições apontam uma linha de ação presente nos diversos discursos, desde os movimentos sociais à Academia e governos, pela sustentabilidade.

Entender a relação de forças entre os diversos atores passa a ser um tema de pesquisa interessante sobre que tipo de aliança pode ser alcançada entre as três vias, se os atores se orientam por tais vias. Também poderá indicar quais posicionamentos ideológicos e táticos das partes serão determinantes para os resultados da mobilização para a participação - ou da participação por representação, sem mobilização. Além disso, há ainda a interação isolada, comunitária, para ações em comunidades específicas e pontuais, que podem ser classificados como episódios e não movimentos sociais de ação continuada.

3 - A lógica da ação coletiva e os movimentos sociais no Brasil: formas organizativas após 1960 e a atual configuração dos movimentos no campo

Maria da Glória Gohn (1997), afirma que “Os opositores de um movimento social são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado.” (GOHN, 1997, p. 262). Isso

não basta para se afirmar que os opositores sejam inimigos especificamente por causa do objeto da demanda. Mas, como salienta a autora, essa situação indica que os opositores estão em posições em que a negociação, a troca e a barganha estão sempre presentes.

Ao tratar desse tema, ainda na década de 1950, Karl Mannheim identificou três grupos de instituições e atores-chave: os primeiros eram situados no plano do indivíduo (o indivíduo das massas, o cidadão e a *intelligentsia*); outro grupo se posicionava no plano das ações coletivas representativas (os sindicatos, associações, partidos, igreja, dentre outros); o terceiro é localizado no plano das ações do Estado (instituições, políticas, instrumentos e mecanismos sociais e estatais de intervenção). Como forma de sustento de algum equilíbrio destacam-se as “técnicas sociais”¹, com destaque para aquelas de parte das instituições essenciais do Estado, a educação para a emancipação e a promoção da cultura, bem como ações políticas dos dirigentes e das bases (MANNHEIM, 1972).

Temas como saídas às crises estruturais e conjunturais do capitalismo, complexas relações sociais, fortalecimento de ações coletivas, papel do Estado e do mercado, além das instituições e suas disfunções, limites da democracia e do liberalismo, foram tratados de por Mannheim (1972; 1973), no que chamou de preocupações da Terceira Via.

Há enormes semelhanças entre o diagnóstico e as alternativas de Mannheim e os atuais. As perguntas e respostas do autor em muito se assemelham às demandas e alternativas da atual terceira posição. Até mesmo autores avessos aos preceitos marxistas, como Anthony Giddens (2006) ao tratarem dos problemas atuais das sociedades evocam princípios norteadores dos debates da Terceira Via na décadas de 1940/1950. Mo entanto, o que Giddens chama de Terceira Via, muito mais liberal do que há 5 décadas, não parece ser o que seguem os movimentos sociais brasileiros.

Embora a classificação de entidades, movimentos e atores diversos não seja precisa nem mesmo fundamental, pode ter um sentido didático, orientativo da leitura. No caso brasileiro, os movimentos mostram a existência de fases do seu desenvolvimento que apresentam etapas evolutivas, conforme a leitura de Maria da Glória Gohn (1997). Deste modo, as etapas previsíveis, iriam desde a explicitação de carências organizativas ou de bens, transformados em demandas e reivindicações em prol da comunidade, até a formulação, desenvolvimento e decadência do caráter e das finalidades da ação coletiva. É previsível, nessa ótica, o fim pelo alcance dos objetivos, pelo colapso ou pelo fracasso das organizações coletivas.

Diversas concepções classificam os movimentos sociais conforme seus objetivos de atuação, sejam eles explícitos ou verificados pelos resultados que conseguem. Assim, fala-se em movimentos reformistas, revolucionárias, emancipatórios, alternativos, de resultados, de classe, de conjuntura, de demandas, dentre outras denominações.

Quanto ao caráter de grupos, movimentos e outras organizações sociais no Brasil, há um marco nos anos 1960. As reivindicações tinham origem nas necessidades elementares e no anseio da emancipação política, das amarras da ditadura e dos impérios das nações do primeiro mundo (IANNI 1984, GOHN, 1997, MEDEIROS 1989). A luta de classes tinha discurso forte. Na base dos movimentos podia-se delimitar claramente a categoria de cada

2 Sobre técnicas sociais, dizia Mannheim: "*As práticas e instrumentos que têm como objetivo final a modelação do comportamento humano e das relações sociais, eu as considero, em sua totalidade, como técnicas sociais. Sem elas e as investigações mecânicas que as acompanham, jamais seriam possíveis as modificações de nossa época*" (MANNHEIM, 1962 p. 257). Portanto, técnicas sociais são construtos sociais capazes de impor conseqüências aos fazeres sociais. Atuam por meio de instrumentos e conhecimentos. Para Mannheim, as técnicas sociais podem ser econômicas, de governo, militares, de propaganda, educacionais, culturais etc., têm caráter dinâmico e são apropriadas tanto por altruístas como por inimigos das comunidades e da liberdade.

um: operariado do setor automotivo em expansão; sem moradia nas cidades; sem terra no campo, estudantes e intelectuais em movimentos pela democracia.

As transformações mais importantes ocorridas no interior desses movimentos se deram em paralelo temporal a três acontecimentos significativos: 1) a ascensão do liberalismo em seu modo extremado (ou “neoliberalismo”), pós 1980; 2) a emergência de posições adaptativas ao sistema capitalista dentro dos movimentos e entidades, acentuando o caráter de inclusão com participação no poder no lugar da resistência à lógica reprodutiva do sistema; 3) a ascensão de novos temas e demandas sociais para além do nível de subsistência ou de reação à lógica capitalista - voto amplo, homossexuais, ecológicos, direitos humanos, gênero e etnias (GOHN 1997; MEDEIROS 1989; MARTINS 1994).

No primeiro aspecto, houve um forte discurso de transferência de funções do Estado para o setor privado, que se efetiva apenas no lado econômico, na produção e apropriação de bens. Mesmo como a criação de espaços de participação, como conselhos, ONGs, Oscips, demandas são levadas ao Estado pelos movimentos sociais em transformação. Porém, o próprio Estado segue processo inverso: por meio da desregulamentação entra em sintonia com o setor privado, com o mercado, e é visto mais como opositor do que como demandado dos movimentos. (MARTINS, 1994, MEDEIROS 1989).

O segundo ponto a se destacar é a opção de grande parte das dos partidos políticos, como o PT, PC do B, PSB, dentre outros, em influenciar as organizações sociais de posição marxista, no sentido de direcioná-las à participação meramente adaptativa ao sistema eleitoral, conforme observa Mauro Iasi (2005). É a ascensão da aposta representativa que passa a caracterizar os espaços de resistência capitalista e configura novas formas de ação representativa. Elas surgem em um contexto convergente com os novos arranjos institucionais demandados pelos movimentos - ou novos movimentos sociais (NMS) para os europeus). A adesão dos movimentos tradicionais ocorre por meio dos espaços abertos à sociedade civil, como a criação de ONG's, Oscip's, cooperativas e comitês em diversos setores. Essas entidades tendem ainda a ocupar parte do espaço político-institucional deixado pelo processo de mudanças de um Estado centralizador para o liberal conservador.

A partir da década de 1980, os espaços disputados pelas instituições e partidos políticos aliados ou controladores de fato dos movimentos sociais têm âmbito maior, como a disputa de prefeituras, governos estaduais e federal, além das casas legislativas. Ocorre grande transformação de foco, advindo das direções, da cúpula urbana. Ocorre a passagem da ideologia e estratégia da mobilização efetiva, com maior orientação marxista, para a representação institucional, mais ligada a diferentes setores da Terceira Via. Com isso, a lógica primeira de ação, no seio dos movimentos, passa para a decisão de participar do poder estatal. Sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos são entidades orientadoras da linha ideológica e da atuação dos movimentos, conforme observa Gohn (1997). Entidades com alguma resistência a esse processo são justamente aquelas que ficam à margem do sistema econômico, ou seja, as representações dos trabalhadores rurais.

3. 1 - As organizações sociais nos anos 1990/2000: da cidade ao campo, da resistência ideológica e mobilização à representação institucional

Ainda nos anos 1980, O PT e a Cut nascem e crescem hegemônicos nos movimentos urbanos, embora sua influência chegue também de forma determinante os movimentos sindicais e sociais do campo, como o MST. Mauro Iase (2006) mostra como o foco nas eleições, na tomada do poder pelo voto e na estrutura organizativa da máquina eleitoral

ocupam espaço nas estruturas sindicais da cidade, por meio do partido. O fenômeno foi extensivo ao campo. Na visão dos movimentos, por exemplo, o MST, a questão foi tratada como alianças e não como participação direta (MORISSAWA, 2001). Atualmente, os movimentos sociais apoiadores do governo Lula estão dividindo-se em novas instituições, cada vez mais na cidade e no meio rural, apesar do crescimento estrondoso do número de filiados, estando já próximo de um milhão, segundo anuncia.

Nos anos 2000, as representações dos movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores de linha marxista são caracterizados por uma fragmentada e difusa linha política e de ação. Suas ações são tão centradas nos dirigentes, em lugar da mobilização que ocorriam nas décadas anteriores. O discurso mais contundente acerca da luta de classes foi praticamente retirado da pauta. A exceção está, com maior ênfase, nos movimentos do campo, dom destaque para o MST, o que se nota pela continuidade das medidas organizativas e educativas do Movimento, além das ocupações que persistem e caracterizam opção por alguma mobilização por reforma agrária e posse de terra.

Com isso, a resistência à acumulação capitalista no campo no Brasil tem, nos demandantes da reforma agrária, a sua principal âncora (IANNI, 1984; MEDEIROS, 1989; MARTINS, 1994). Isso ocorre, embora se saiba que a agricultura com alto rendimento em países do Ocidente necessita quantitativo inferior a 5% da população no campo, situação muito diferente da realidade atual brasileira.

As novas organizações como ONG's e Quilombolas, se destacam no Brasil . Embora existam mais de 1.600 ONG's ligadas às causas socioambientais no Brasil (FBOMGs, 2003), elas não são exatamente apoiadoras da causa da sustentabilidade. Ao contrário, registra também a lógica da preservação/conservação *in situ*, como regra, sem considerar o homem.

As representações indígenas e quilombolas, mesmo sem grandes oportunidades, apresentam também momentos de organização, lutas por retomada e demarcação de terras. Nas décadas de 1970/1980, os movimentos indígenas se estruturam e também receberam apoio de ONG's, e da Igreja (Comissão Pastora da Terra). Hoje, há uma rede em consolidação de apoio e parcerias com esses atores. Sem fundamentalismo ideológico, pode-se considerar que indígenas e quilombolas são a materialização da resistência ao modo de vida capitalista. Mantêm tradições, interesses, valores e culturas, embora com dificuldades de toda espécie, apesar de sofrerem marginalização e discriminação.

As ações da Igreja Católica ocorrem desde a Teologia da Libertação, nos anos 1970. No entanto, a partir dos anos 1990, o apoio é bastante restrito, com destaque apenas para as ações da CPT – cuja orientação é ecumênica. De todo modo, a Igreja mantém vários programas e campanhas de assistência e orientação, voltadas aos usos da natureza. A presença de representantes da Igreja nos eventos do MST – a exemplo do seu V Congresso, em 2007 – é sinal de possibilidades de alianças pontuais e por demandas específicas, contra a acumulação, por hipótese no âmbito da opção teórica da Terceira Via.

Duas outras ações sociais, que são o cooperativismo e a organização da grande propriedade, devem ser consideradas enquanto forças na arena das disputas pela posse e usos da terra. Seria difícil classificar o cooperativismo, *per se*, como um mecanismo de resistência à acumulação capitalista. No entanto, é igualmente difícil deixar de considerar o seu peso para a busca de algum equilíbrio de políticas públicas como o crédito agrícola, o papel que desempenha na segurança alimentar do país, na fixação de maior número de trabalhadores no campo, na distribuição da renda e da posse da terra. A parcela do cooperativismo empresarial, no seio dos movimentos sociais é, ainda, iniciante.

A Contag, maior entidade que congrega agricultores no Brasil (15 milhões, segundo dados da entidade) posiciona-se costumeiramente a favor das cooperativas de base e da reforma agrária. Debate a oposição entre grandes e pequenos proprietários e apóia as ações do MST. Ambas entidades defendem um cooperativismo “Popular de resistência” (DUARTE e WEHRMANN, 2006. p. 23), enquanto as entidades ligadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), têm perfil e interesses voltados mais ao tipo “Cooperativismo tradicional ou empresarial” (DUARTE e WEHRMANN, 2006, p. 23).

O cooperativismo no Brasil abastece mais de 50% da população com gêneros agrícolas (em alguns produtos 100%, como a mandioca). Também exportou U\$ 2 bilhões em 2006 (OCB, 2007), além de contar com uma Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) no Congresso Nacional e organização em 26 unidades da federação, com perfil de organização patronal, previsto em lei (Lei federal 5.5764/71).

O setor concentrador da posse da terra alcançou a consolidação dos complexos agro-industriais, direcionando as atividades para o agronegócio. Essa parcela dos produtores agrícolas consegue se sustentar com bastante solidez e com relevante papel para o padrão atual de acumulação capitalista. Comparativamente aos movimentos sociais do campo, fica clara a vantagem representativa no Congresso Nacional (bancada ruralista), nos governos e assembléias legislativas. As bancadas são as maiores, mais enraizadas e refletem o âmbito empresarial urbano com ligações comerciais no ambiente rural.

As entidades mais atuantes, ao longo dos últimos anos, além da bancada ruralista, foram a UDR, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e suas instâncias coligadas. O setor também incorporou o discurso de sustentabilidade, inclusive com certificações e selos em atividades como a plantação da cana-de-açúcar, no contexto dos CAI's. A ajuda do Estado no sistema de crédito, extensão rural e pesquisa agropecuária, são também amplamente favoráveis ao grande empresariado agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Atualmente, políticas públicas de incentivo à produção de biocombustíveis aponta grandes oportunidades de negócios, pelo menos no curto prazo. Isso se nota nos textos produzidos pelo governo (BRASIL/PNA, 2005) e nas informações e projeções da CNA. A contradição é a queda acentuada no número de empregos que utiliza, o que se configura na maior argumentação por parte dos defensores de novas relações no campo, além da prevalência das *agrocommodities* e do latifúndio.

4 – A demanda por terra no Brasil: resistência e números das demandas

Ao longo de sua história, o Brasil tratou da posse e usos da terra para os fins de empreendimentos com foco nas exportações. Celso Furtado (2003) viu a ocupação do espaço geográfico no Brasil como replicação dos interesses econômicos da Coroa portuguesa, no âmbito estratégico da “grande empresa agrícola” (Furtado, 2003, p. 18). A ocupação do interior ocorreu para atividades “secundárias”, de sustento à grande empresa, e pela mineração.

O Regime de Lei de Terras nº 601/1850, consagrou a propriedade rural já registrada e estabeleceu as bases da grande propriedade no país, continuado na fase da República, com o Código Civil de 1916, o Estatuto da Terra - Lei nº 4.504/1964 – e o Regime Fundiário, a partir da Constituição Federal de 1988. A opção da garantia de plenos poderes ao titular da propriedade da terra determinou a impossibilidade de usos voltados primordialmente para a

função social. Sempre se optou pelo direito originário de heranças e pela acumulação. (IANNI, 1984; MARTINS, 1981).

O resultado dessas políticas de gestão e usos da terra, resultaram em que povos indígenas, quilombolas, sem terra, assalariados do campo, atingidos por barragens, atingidos, desempregados da cidade e do campo, são grupos sociais demandantes da terra em larga escala. Em comum, têm o fato de demandarem o acesso à terra como meio de sobrevivência e refletem parte dos potenciais atores defensores da sustentabilidade social, econômica e ambiental a partir desse acesso.

Recente pesquisa da Universidade de Brasília, de 2005 indicou a existência de, pelo menos, 2.228 comunidades quilombolas no Brasil. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), afirma que esse número supera 4 mil. Pelos estudos da UnB, os quilombos se concentram no Maranhão (642), Bahia (396) e Pará (294). Só não estão em Roraima, no Acre e no Distrito Federal (Revista Problemas Brasileiros, 2005). A maior concentração é no Nordeste, com 63%; 15% estão na região Norte e 12% na região Sudeste. Segundo a Fundação Cultural Palmares, vivem nessas comunidades pelo menos 2 milhões de pessoas, apesar de a Conaq estimar o dobro disso. A organização desses atores é ainda muito frágil.

A demanda e os demandantes das populações tradicionais indígenas e sertanejos extrativistas/coletores por terra é de difícil dimensionamento, em função das diversas regiões em que vivem, do tipo de atividade que desenvolvem, etc., No entanto, atualmente existem iniciativas nesse sentido, embora haja números destoantes. Os quadros 1 e 2 ilustram a existência de grande demanda e possibilidade de conflitos.

Outro importante grupo de brasileiros que dependem do acesso à terra e agem contra a retirada de seu meio de sobrevivência é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse movimento surgiu no final dos anos 1970, com a construção de três focos principais de resistência, organização e luta: a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas; a última fase de construção UHE de Itaipu, em 1978; e a hidrelétrica de Tucuruí. O MAB ressalta ainda “a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região.”. Hoje são mais de um milhão de atingidos, segundo o MAB.

Por fim, a maior organização social no Brasil e na América Latina – talvez no mundo – que se mobiliza hoje no campo pelo acesso a terra, o MST, que apresenta a maior resistência à continuidade dos padrões de acumulação capitalista no campo. É também o movimento de orientação ideológica mais clara, ao manter idéias socialistas e o discurso de unificar as lutas do campo e da cidade para substituição do modo de produção capitalista.

No seu V Congresso, realizado em 2007, o MST, ao manter a bandeira da reforma agrária como forma de resistência, elege como novo fator propulsor da acumulação capitalista a emergência do agronegócio na era dos biocombustíveis. Para o Movimento, a agroenergia significa: “A avalanche do imperialismo verde”, “Redesenho da dominação mundial” (MST, 2007, p. 61).

Dois teóricos do MST no V Congresso, Horácio Martins e João P. Stédile, destacaram a necessidade de o país obter energia renovável a partir de uma agricultura inclusiva e distributiva de renda. Escrevem contra a lógica da monocultura e o estágio tecnológico atual de produção do etanol, mostrando sintonia com o debate em torno de tecnologia e com o processo social. Para o MST, novas tecnologias de produção de energia – etanol a partir da lignocelulose, em produção familiar, por exemplo - seriam alternativas de sustentabilidade. Os militantes consideram que a real intenção do negócio dos biocombustíveis sé o de

legitimação do agronegócio, do latifúndio improdutivo e da inviabilização da reforma agrária. Entendem que o governo se curva aos interesses desses setores.

Três aspectos da ação social coletiva em demandas ligadas ao campo são característicos no Brasil atual, considerando a interação de usos (preservação e produção agrícola): os movimentos ambientalistas preservacionistas/conservacionistas; os movimentos de luta pela posse e usos da terra; e o grande sistema produtor agrícola.

Na linha do limite estabelecido para este trabalho, destacam-se aqui apenas os dois primeiros. O quadro 1 mostra dados referentes ao quantitativo de entidades, as bases que representam e a distribuição das mesmas no espaço geográfico brasileiro. Esses números englobam uma base bastante heterogênea de atores. Por isso, o enfoque deste trabalho gira em torno das entidades/movimentos que manifestam clara oposição ao *status quo*.

Dessa forma, o total de demandantes diretos chega a 8,5 milhões, pelos dados aqui reunidos, excetuando os movimentos ambientalistas. Embora a questão quantitativa não seja determinante, é importante para se comparar com os 34 milhões hoje dependentes do campo. O número engloba a base de atores que manifestam preocupação e/ou interesse por uma relação do homem com a terra com base em ações distributivas e DS.

A preocupação com o grande latifúndio e com o crescimento das atividades ligadas ao *agrocommodities*, é comum às duas categorias de movimentos aqui tratadas. No entanto, há uma natural diferença entre suas demandas, pelas diferentes relações de dependência que têm com a terra e pelas bases de classes sociais distintas que são.

Quadro 1: demandantes por transformações na lógica de acumulação no campo.

Item	Quantitativo	Base
MST	2 milhões	Dados do MST indicam que há 350 mil famílias assentadas e outras 150 mil acampadas, organizadas em 23 estados e no Distrito Federal (estão fora o Acre, Amazonas e Amapá). (Fonte: Globo on-line, 11/06/07).
Outros movimentos de sem terra	2 milhões	Diversos autores, com aproximações. Engloba vários movimentos no campo (cisão do MST e outros). Fonte: entrevista com militantes desses movimentos
Quilombolas	2 milhões	Levantamento do Dpto de Geografia da UnB – Prof. Sanzio. Fonte: Revista Problemas Brasileiros nº 371, 2005.
Indígenas	700 mil	Fontes: Instituto Socioambiental / IBGE (2000)
Contag	15 milhões	25 Federações Estaduais e 3.630 Sindicatos

		representando o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Inclui assentados e pequenos agricultores. Fonte: Contag, registros de 2007.
ONGs	1600 ONGs	1.600 ONGs ecológico/ambientalista. (Fonte: FBOMS/MMA, 2002; Senador Moreira Mendes, 2007. Estimativa de 2002).
Redes pró DS	50 redes	50 redes associadas à FBOMS, sem dados do quantitativo de filiados individuais nas bases. Idem p/ filiados à ABONG.
Demandantes da reforma agrária	4 milhões	Os dados são diferentes em diversos autores. Utiliza-se aqui a estimativa do INCRA. Para o MST, seriam 4,8 milhões, para Graziano seriam 3,02 milhões (Conceição e Gasques, 2000)
Movimento dos Atingidos por Barragens	Um milhão	Dados do MAB. De 1970 a 2002 eram 494 barragens no Brasil. O MME prevê que serão 1088 até 2015, maioria PCH..

Do lado dos movimentos que travam a luta pela terra, embora haja números mais sólidos, eles não são definitivos, pois apresentam divergências metodológicas e de resultados por parte de diversos autores. A leitura que se obtém dos dados apresentados nos quadros 1 e 2 ilustra a opção brasileira de usos da terra para a acumulação de riquezas, de monoculturas, de manutenção da estrutura fundiária atual.

O quadro 2 mostra que a demanda por terra no país atinge o total de 392,6 milhões de hectares, contra uma “disponibilidade” de 230 milhões, se consideradas as terras agricultáveis assim consideradas pelo PNA-Brasil, de 2005. Essa demanda seria acrescida ainda de milhões de hectares, ao se somarem outros usos como reservas extrativistas e unidades de conservação. A questão trata-se, portanto de resolução de conflitos.

Quadro 2. demanda de terras no Brasil, bases e fontes.

Demanda de terra*	Área (hectares)	Bases e fontes²
Área estimada para biocombustíveis	90 milhões	Programa Nacional de Agroenergia 2007/2011 (BRASIL, 2007, p. 25/26)
Área demandada para reforma agrária	161,1 milhões	Fonte: Conceição e Gasques, 2000
Área demandada	1,5 milhão	Considerando módulos de 50 hectares, para um

2 As informações contidas nas tabelas 1 e 2 se referem a estudos do autor, com base em dados indicados na terceira coluna. Para o caso dos biocombustíveis, os dados se referem ao conjunto dos produtos, conforme o Plano Nacional de Agroenergia, de 2005. Mesmo dados da FAO apresentam divergências em relação a diferentes estudos dela quanto à demanda e disponibilidade de terras no mundo. Ver bibliografia consultada.

pelos atingidos por barragens		milhão de demandantes (trezentas mil famílias). Estimado pelos autores.
Área demandada pelos Indígenas	110 milhões	A demanda dos povos indígenas é próxima de 13% do total do país, de 850 milhões de hectares. Fonte: Revista Problemas Brasileiros, nº 371, 2005
Área demandada pelos Quilombolas	30 a 40 milhões	O nº é quase 5% do território brasileiro. Fonte: Revista Problemas Brasileiros nº 371, 2005)
Terras disponíveis agricultáveis disponíveis	230 milhões	Terras agricultáveis para os padrões tecnológicos atuais. Fonte: (BRASIL/PNA, 2005)
Total	622,6 a 632,6 milhões	** Dados referentes a 2007

* Não foram calculadas as áreas demandadas por comunidades tradicionais agrícola/extrativistas, pela falta de levantamentos específicos consensuais para esse caso.

Tomando como referência os quadros 1 e 2, nota-se que há um iminente prenúncio de conflito social em larga escala por demanda de terras no Brasil. Deve-se observar que tais conflitos tendem a ser mais intensos nas áreas de expansão de fronteiras, com envolvimento dos diversos demandantes de forma distinta em cada região.

5 Considerações finais e conclusão

Apesar de o debate atual considerar que respostas a problemas específicos de cada comunidade devem ser da escolha delas, observa-se que esse aspecto não é praticado no caso das organizações sociais do campo no Brasil (GOHN, 1997). O núcleo dirigente ocupa espaço institucional e promove ações de cúpula. A exceção ocorreu nos anos 1960 e na primeira metade dos anos 1970, com resistência marcada tanto por movimentos isolados como organizados a partir de núcleos de expressão ideológica marxista. O foco na ação mobilizadora e de enfrentamento diminuiu com a institucionalização crescente a partir da década de 1980, a partir das cidades.

As entidades e movimentos de resistência à acumulação capitalista no campo – os movimentos sociais - e de disputa de espaço no mercado – sindicatos e cooperativas - apresentam-se fragilmente articulados. Os demais movimentos (o ambientalista como destaque), embora exerçam pressões, trabalhos técnicos, representação de interesses e parcerias diversas com os movimentos de base, não apresentam uniformidade e clareza ideológica.

Embora seja difícil prever os rumos dos movimentos sociais que lutam pela acesso à terra como ponto de sua sustentação, há aspectos do seu comportamento atual que podem ser uma referência: a) indígenas, quilombolas, sem terra, sertanejos extrativistas/coletores, são os grupos sociais que mais seguem o que se construiu desde os primeiros eventos da ONU para a questão ambiental e sustentabilidade e; b) os 8, 5 milhões de brasileiros que demandam terras no Brasil (tabelas 1 e 2) não apresentam sinais de organização coletiva real para alcançar seu intento.

Como resultado provisório, seguindo a lógica mannheimiana, as demandas coletivas sob o olhar da sustentabilidade no campo apresentam-se em três grupos de sintomas da crise: a) o

fortalecimento do poder das minorias; b) mudanças ineficazes nas bases técnicas e sociais de controle do liberalismo – leis e políticas sem resultados; c) diminuição dos valores cooperativos sociais e individuais; e) tendência de continuidade da concentração da renda e da posse da terra; f) indefinição ideológica e organizativa dos movimentos sociais de base e de seus possíveis aliados, com fragmentação organizativa e de ações.

É certo que, com as novas demandas por terra e pela lógica atual de acumulação, somada à tendência clara de crescimento da monocultura, principalmente de cana-de-açúcar, para as próximas décadas se desenha um cenário não muito animador: mais desemprego no meio rural e urbano, menor população vivendo no campo, mais concentração de terra, menor sustentabilidade ambiental e social.

O levantamento aqui realizado aponta números de reivindicações de quantitativo de terra de indígenas, quilombolas, reforma agrária que não são considerados em nenhuma política pública. Há clara indicação de conflito latente, envolvendo mais de 8,5 milhões de brasileiros, cujos interesses confrontam o interesse do grande capital. Nota-se ainda que as formas de organização variam desde o enfrentamento e contestação do capitalismo até a acomodação ao sistema de produção, por meio de associações e cooperativas.

Diante das dificuldades crescentes de mobilização campo-cidade e das opções ideológicas de organização de lutas por vias institucionais, eleições parlamentares e alianças apenas corporativistas (opção dada pela Terceira Via), o cenário que mais se visualiza é o da continuidade de restrições do acesso à terra. Apesar de numerosos, os diversos seguimentos têm formas de organização muito diferenciadas e tendem a continuar na dependência de conquistas pontuais. O Brasil parece caminhar para os padrões de acumulação de terra e capital no campo, à semelhança do que ocorre nos países ricos.

6 Bibliografia

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o e Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.** Revista Educação e Sociedade, vol. 27, n. 97, p. 1137-1157. Campinas, 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, consulta em 21/05/07.

BRASIL – IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável – IDS – 2002.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Disponível em www.ibge.gov.br, consulta em 12/12/ 2004.

_____. **Síntese dos indicadores sociais de 2003.** Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em www.ibge.gov.br, consulta em 10/05/ 2005.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília: NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2000.

BRASIL. **Plano nacional de agroenergia - PNA.** Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2005. 120 p.

BRASIL. Programa Nacional de Agroenergia. Brasília: Ministério da Agricultura, 2006.

CAVALCANTE, José Luiz. A Lei das Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. **Revista História** - ISSN: 1808-6284, ed. n.º. 2, junho de 2005.

Dieese – Relatório estudos e pesquisas. Ano 3, n.º 30, fevereiro de 2007.

DUARTE, Laura M. e WEHRMANN, Magda E.. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar – *in* . SABOURIN, Eric (Org.).

Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Núcleo de Estudos Estratégicos – UnB, 2006. Coleção cadernos do CEAM, v. 6 n. 23. 280 p

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Nacional, 2003.

GASQUES, José Garcia e CONCEIÇÃO, Júnia Maria P. R. A demanda da terra para a reforma agrária no Brasil – *in* **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, 1997. 384 p.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GUIDDENS, Anthony (org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Unesp, 2006.

HAYEK, Friedrich August. **Direito, Legislação e Liberdade**. Vol. I, II e III. São Paulo: Visão, 1985.

HECK, Egon. **51 usinas de etanol no MS**. CIMI: 2007. Disponível em <http://www.cimi.org.br/>. Consulta em 23/06/07

IANNI, Octavio. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984.

IASE, Mauro. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2004. 3ª edição.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, Poder e Planificação Democrática** (*Freedom, Power & Democratic Planning*. Routledge & Kegan Paul LTD, London, 1951). Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1972.

_____. **Diagnóstico do Nosso Tempo** (*Diagnosis of Our Time: Wartime Essays of Sociologist*. Routledge and Kegan Paul ltd, London, 1954). Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **O homem e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. 216 p.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** (*Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*. Merlin Press, London, 1995). São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO consulta popular. **Programa estratégico**: roteiro para debate. São Paulo, 2006. Cartilha n. 18, 61 p.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia**. USP/Departamento de Economia, sem dados de publicação. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005> Consulta em 11/06/07.

PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro**: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. 226 p.

Revista Problemas Brasileiros nº 371 set/out 2005. Disponível em http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo. Consulta em 20/07/2007.

SABOURIN, Eric (Org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. Brasília: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Núcleo de Estudos Estratégicos – UnB, 2006. **Coleção cadernos do CEAM**, v. 6 n. 23. 280 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2005 (10 ed.).

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

Textos adicionais, produzidos pelos movimentos sociais (cartilhas, teses, revistas, jornais): MST, Contag, Via Campesina, CONTRAF, ONG's, dentre outros.